

MEMÓRIAS E FÊ NA FORMAÇÃO DO JENIPAPO

CAMPINA GRANDE (1940-1952)

NATALIA SANTOS AMORIM

**DO ESPAÇO DA FÉ AOS LUGARES DE MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS DE
ANTIGOS MORADORES SOBRE A FORMAÇÃO DO DISTRITO DE JENIPAPO
(1940-1952)**



**CAMPINA GRANDE
2021**



**DO ESPAÇO DA FÉ AOS LUGARES DE MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS DE
ANTIGOS MORADORES SOBRE A FORMAÇÃO DO DISTRITO DE JENIPAPO
(1940-1952)**

*Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba em
cumprimento à exigência para conclusão do
curso.*

Orientador: Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro

**CAMPINA GRANDE
2021**

NATALIA SANTOS AMORIM

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A524d Amorim, Natalia Santos.

Do espaço da fé aos lugares de memória [manuscrito] : reminiscências de antigos moradores sobre a formação do Distrito de Jenipapo (1940-1952) / Natalia Santos Amorim. - 2019.

55 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Luísa Freire Monteiro . Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Historiografia. 2. História da Paraíba. 3. Memória. 4. Igreja Nosso Senhor do Bonfim. I. Título

21. ed. CDD 907.2

**DO ESPAÇO DA FÉ AOS LUGARES DE MEMÓRIA: REMINISCÊNCIAS DE
ANTIGOS MORADORES SOBRE A FORMAÇÃO DO DISTRITO DE JENIPAPO
(1940-1952)**

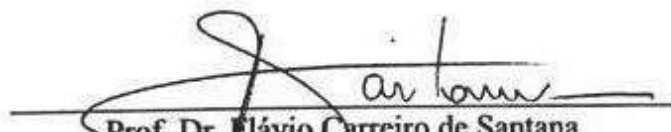
Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba em
cumprimento à exigência para conclusão do
curso.

Aprovada em: 13 de Junho de 2019.

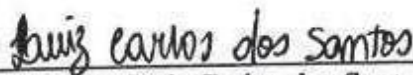
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. MSc. Luís Carlos dos Santos
Secretaria de Educação da PMAN

NATALIA SANTOS AMORIM

A Deus, por seu grandioso amor, sua graça e misericórdia que me alcança todos os dias.
Aos meus pais Luciene e Eudes, meus anjos enviados por Deus, para cuidarem de mim, e me fazerem ter a certeza de que não estou sozinha nessa caminhada, dedico.

Como ato de reconhecimento, digo que me reduzo a nada se eu chegar a um dia em não reconhecer que a figura do outro não é importante na minha vida cotidiana. Quando agradeço, reconheço que alguém faz a diferença e contribui de forma significativa na minha vida.

Desta maneira, agradeço primeiramente a Deus, minha fortaleza e porto seguro, que me deu o dom da vida, e permitiu que tudo acontecesse, me fazendo chegar até aqui. A minha família, por sempre acreditarem em mim e me incentivarem, especialmente meus pais e meus irmãos que em todos os momentos estiveram presentes, sejam eles momentos calmos ou de perturbação, trazendo para estes o conforto com seus gestos sempre tão doces de carinho e de amor.

A todos os meus amigos, que deram uma contribuição valiosa na minha vida acadêmica, os sorrisos a mim dado, as palavras de apoio, os abraços, em muitos momentos que não me senti capaz, vocês estiveram aqui pra dizer que eu sou, agradeço.

À professora Luíra minha orientadora, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, por acreditar em mim, despertar o meu melhor, pela dedicação, atenção, paciência, carinho e sabedoria. Por ter sido tão presente nesses dois últimos anos de minha formação, seu profissionalismo me faz querer tê-la como modelo de exemplo, pois antes do ser profissional, o seu lado ser humano se sobrepõe.

Agradeço as oportunidades facultadas a mim ao longo dessa graduação: aos coordenadores do Núcleo de Pesquisa e extensão em História Local - NUPHEL, que me proporcionaram a oportunidade ímpar de ter contatos com as variadas fontes históricas desde bem cedo em minha graduação, concedendo-me bolsa, bem como à experiência no PIBIC, entrelaçamento entre a prática com a teoria. O PIBID me deu experiência da prática docente que, somado à prática do programa de Monitoria no componente curricular História da África engrandeceram minha formação como historiadora.

Por fim, agradeço aos professores da banca presentes, professor Flávio e professor Luiz, e a todos os professores e coordenadores do curso de História que contribuíram de forma significativa neste processo de formação de mais uma historiadora.

AGRADECIMENTOS

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

Italo Calvino, Cidades Invisíveis.

Jenipapo, palavra de origem tupi-guarani que significa *fruta que serve para pintar*, é uma localidade existente e comprovada por registros históricos desde 1671, na então Capitania da Paraíba. A mais de dois séculos de uma existência “oficial” deste lugar, ainda não existe uma história escrita sobre o mesmo. Tal constatação incitou a produção desta pesquisa, que tem como principal objetivo historicizar a memória dos antigos habitantes do lugar, especialmente demarcadas pela fundação da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, em 1944. Para além da oralidade, as informações contidas neste trabalho advêm, também, das fontes possíveis, tais como iconografia e a escassa documentação que referenciam o lugar.

Palavras-Chave: Jenipapo. Igreja. Memória.

RESUMO

Jenipapo, word of tupi-guarani origin which means fruit used to paint, is an existent locality and verified by historical records since 1671 in the Captaincy of Paraíba. For over two centuries of an official existence of this place, there's still no written history about it. Such constatation, which prompted the making of this research, mainly aims to historicize the Church and its memory on the shaping of Jenipapo only remember the locality since 1944, when the Church of Nosso Senhor do Bonfim was founded. In addition to orality, the information contained in this study also comes from possible sources, such as iconography and the scarce documentation that references the place.

Keywords: Jenipapo. Church. Memory.

Foto 1 – Vista da Comunidade de Jenipapo em 1950.	35
Foto 2 – A Escola do Padre Paulo	37
Foto 3 – A primeira turma de formandos da Escola Mística Rural	38
Foto 4 – Desfile Cívico em Jenipapo.	39

**LISTA DE FOTOS
RELAÇÃO DOS DEPOENTES**

José dos Santos Souza, 74 anos, agricultor. Rua do Grupo, Jenipapo.

José Olinto dos Santos, 80 anos, agricultor. Avenida Paris, Jenipapo.

Maurina dos Santos Rocha, 81 anos, agricultora. Rua Vila Nova, Jenipapo.

Marinete Raposo do Nascimento, 80 anos, professora. Rua Frei Paulo, Jenipapo.

Sebastião Ferreira de Oliveira, 86 anos, comerciante. Rua Frei Paulo, Jenipapo.

Sebastião Rocha de Oliveira, 83 anos, agricultor. Rua Vila Nova, Jenipapo.

Petrônio Cardoso, 96 anos, Frei. Rua Frei Martinho, Conceição.

INTRODUÇÃO	11
1 CIDADE E HISTÓRIA LOCAL	14
2 OS PROTAGONISTAS ANÔNIMOS DA HISTÓRIA LOCAL	18
3 JENIPAPO E JENIPAPEIRO, CARIRIS E PORTUGUESES	25
4 MEMÓRIA E ORALIDADE DOS JENIPAPENSES	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	49

INTRODUÇÃO

SUMÁRIO

Jenipapo, Sítio Jenipapo ou Distrito de Jenipapo é uma localidade existente e comprovada por registros históricos desde os anos de 1671. Este registro se dá através de um requerimento de um sargento-mor dos índios cariris, que solicitava a conservação de posses de terras no *sítio Genipapo* (sic).

A despeito da longa existência de 267 anos, verificamos não existir, no contexto da cidade de Campina Grande, a qual se atrela o distrito enfocado, nenhum estudo sobre esta fração do lugar. Nada há nos clássicos da história local, como Elpídio de Almeida e Josué Sylvestre, ou de cronistas, como Cristino Pimentel, que remetam à existência do antigo lugar chamado Jenipapo. Os acadêmicos também não se voltaram para esses lugares¹, e a ausência de história dos distritos da cidade de Campina Grande permanece como hiato da própria história da cidade. Esse hiato talvez seja parte do processo de mundialização das sociedades locais, que lança, ao fim e ao meio, essas pequenas comunidades num esquecimento em decorrência de suas próprias especificidades, tal como tratado por HANNERTZ (1997).

Tal constatação me incitou a conhecer a formação do distrito do Jenipapo, utilizando-me do conhecimento e da memória dos antigos moradores do lugar. Com idade entre 80 a 100 anos, alguns destes residentes moram na comunidade desde a data de nascimento, o que poderia nos levar ao primeiro lustro do século passado, quando os velhos de hoje seriam crianças e jovens. Contudo, verificamos, em estudo exploratório, que grande parte de suas lembranças se concentram a partir do ano de 1944, quando foi fundada a Igreja Nosso Senhor do Bonfim.

O mesmo fenômeno pode ser verificado em relação aos moradores vindos de outras cidades e localidades próximas que, vindo ao Jenipapo tanto aos domingos, dias que eram realizadas as missas, como também em meses festivos (como o mês de maio, devotado ao culto mariano, às celebrações de casamentos e às comemorações em torno das mães) fixou-se em suas memórias o acontecimento das ditas festividades. Acontecimentos marcantes, foi a partir dos mesmos que a memória desses habitantes se fixou, ancorando o exercício de lembranças e esquecimentos analisado por BOSI (1998, p. 41).

¹ São distritos de Campina Grande o Jenipapo, Galante, São José da Mata e Marinho. A despeito de terem sua formação demarcada para além da história da cidade, tem sido tratados pelos historiadores locais como parte integrante da mesma, num movimento nefasto de homogeneização desses lugares, dispensando suas singularidades e diferenças em relação à cidade. Tal constatação encontra-se nos estudos de GEERTZ (1978) e FERTHERSTONE (1990) sobre o processo de homogeneização das sociedades, e da necessidade de conversão ao um novo processo civilizatório, em curso desde o século passado.

Antes da construção da igreja, marco determinante na vida social do lugarejo, assim como na reminiscência de seus moradores, havia no lugar uma pequena capela, pastoreada por párocos oriundos da Igreja Matriz de Campina Grande, Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida como Catedral Diocesana. A capela, com o passar dos anos, ensejou a construção de uma igreja, desafio necessário ante o crescimento da população do lugar, verificado nas primeiras décadas do século XX.

Nossa pesquisa parte da seguinte problematização: O que lembram e o que falam os moradores do Jenipapo acerca da formação daquele lugar? Objetiva-se, assim, conhecer as histórias de vida dessas pessoas, incentivando-as ao relato dos detalhes e idiossincrasias do povoamento e formação local.

Destacamos aqui que nossa pretensão não consiste na construção de uma *corografia* nem de uma *crônica* do lugar. Embora calcada na necessidade da escrita de uma história ainda não escrita sobre o local, buscamos fazê-lo tal qual admoestou MATTOSO: *não por que, em si, a história é uma coisa, digamos, boa e bonita, mas porque ela é útil e necessária no mundo hoje* (1999, p. 1).

Em face da raridade de fontes documentais para respondermos à problematização que norteia nosso problema de pesquisa, restou apelar para a memória dos habitantes do lugar, no sentido de analisar, se não sua desconhecida emergência e fundação, mas (e ao menos) sua vida social.

Neste mister, o primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *Cidade E História local*, aborda a cidade conquanto objeto de reflexão dos historiadores. Sendo centros de inovações, as cidades ganham novas configurações ao longo dos séculos, uma vez que é nelas e a partir delas que surgem as revoluções, as ideias e os novos pensamentos, as reuniões de suas múltiplas crenças, a troca de informações entre os indivíduos e a influência desses mediante aos novos ideais e decisões políticas. Nossa análise, calcada no pensamento de Certeau (2007) toma a cidade como um lugar de práticas e prédicas. Contudo, nosso enfoque envereda pelos temas da história local, especialmente tratando do que ANDERSON (2008) nominou de *comunidades imaginadas*, sobre as quais SAMUEL (1990) afirmou serem passíveis de tratamento de um conjunto cultural.

No segundo capítulo, intitulado *Jenipapo e jenipapeiro, cariris e portugueses*, fazemos uma discussão estruturada na formação do lugar e dos grupos étnicos que ali se alocaram, ensejando uma comunidade duradoura que, com o passar dos séculos, foi politicamente integrada à cidade de Campina Grande.

No capítulo *Os protagonistas anônimos da história local*, buscamos traçar o contexto da formação no lugar, no bojo do processo colonial e no trato com os nativos tapuia, objetivando demonstrar, em linhas gerais, a ação dos missionários franciscanos no estabelecimento de uma aldeamento de índios cariri, deslocados de seu lugar de origem para compor a comunidade desejada pelos primeiros.

Em *Memória e oralidade dos jenipapenses*, buscamos registrar as reminiscências dos naturais do lugar, explorando seus discursos rememorativos da formação do Jenipapo.

O trabalho encontra-se ilustrado por diversas fotografias gentilmente cedidas pelas pessoas que se dispuseram a, utilizando os recursos da memória, reconstruir a seu modo a história do Jenipapo.

1. CIDADE E HISTÓRIA LOCAL

Se fossemos tratar a cidade como objeto do presente estudo, deveríamos enveredar pela história de Campina Grande, a qual se vincula o distrito de Jenipapo, embora parte de seu território alcance o território de Lagoa Seca, de um lado, e de Puxinanã, de outro. Contudo, conforme já esclarecido, nossos recortes espaciais nos levam a um ponto nodal, que é uma parte da cidade, autônoma, mesmo que a ela interligada.

De acordo com Barros (2007), estudar a cidade implica em articular um caminho para compreender e pensar os modelos ideais de organização do mundo político, dos modelos de cidades e sociedades perfeitas impostas por hierarquias sociais. Para Lefebvre (1991), as cidades ideais comportariam a limitação do espaço, a transformação acelerada das moradias, dos locais e também dos espaços preparados.

Além de observada e definida pela arquitetura que apresenta, podemos observar, de acordo com TAFURI (1972), outra proposta de concepção de cidade, esta vista como fenômeno da natureza. A respeito, LE FREVRE (2001) atentava para a necessidade do historiador não esquecer que *os jardins, os parques e as paisagens fizeram parte da vida urbana tanto quanto as belas artes* (p. 134).

Para além, a cidade pode ser pensada também a partir do seu *ethos*, sua urbanidade. A industrialização, os comportamentos o trabalho, a diversão, as moradias, assim como a própria rua, se configuram como temas nos estudos de história da cidade. Do mesmo modo, apontamos aspectos das cidades, tais como a urbanização, a organização social, as representações do imaginário de seus habitantes e as relações sociais do público e do privado como passíveis da ação do historiador. Indo mais além, BARROS (2007) adverte que:

No conjunto de reflexões trazidas pelo século XX, na sua ânsia de captar a essência urbana, transforma a cidade simultaneamente em “artefatos”, “produto da terra”, “ambiente sistema”, “ecossistema”, “máquina”, “empresa”, “obra de arte” ou mesmo um “texto” onde podem ser lidos os códigos mais amplos de sua sociedade. (BARROS, 2007, p. 17).

Sendo centros de inovações, as cidades ganham nesse sentido novas configurações ao longo dos séculos, uma vez que, são nelas e a partir delas que surgem as revoluções, as ideias de novos pensamentos, as reuniões de suas múltiplas crenças, a troca de informações entre os indivíduos e a influência desses mediante aos novos ideais e decisões políticas.

Fustel de Coulanges, um dos primeiros autores a chamar a atenção para o papel da religião como fundamento da cidade, destacou em “A cidade Antiga” (1864. p. 65) que: *Há*

três coisas que se encontram solidamente fundadas e estabelecidas nas sociedades gregas e itálicas: a religião doméstica, a família e o direito à propriedade. Deste modo, Coulanges defendeu que a instituição fundante da cidade antiga foi a religião, e que a partir dela criaram-se os laços de solidariedade, podendo ambas ser tomadas como objetos de interesse dos historiadores.

Para Michel de Certeau (2008), as instituições políticas, eruditas e religiosas se especializam reciprocamente, e uma vez constituídas como um lugar científico, tornam-se também uma instituição do saber, transformando-se assim, em objeto de estudo para o sujeito que a analisa.

Contudo, não é nossa pretensão confundir as abordagens da história das cidades com a da história local, que respalda o presente trabalho, embora se reconheça uma convergência das mesmas. É no recorte da cidade, utilizando o *jogo de escalas* de que nos fala REVEL (1998), que distinguimos o local em que nos debruçamos em nosso metiê historiador e este, na operação historiográfica, se distingue pelo lugar do próprio historiador, vinculado quase que instintivamente às fontes e ao espaço que se quer analisar (MEDEIROS, 2013).

São estes detalhes que dão sentido à história local que, uma vez contextualizada em uma historicidade macro, ultrapassa os limites do isolacionismo que muitas vezes a transformaram em conhecimento exótico e pitoresco (BARBOSA E MELO, 2015). A História Local acadêmica busca, a todo custo, distanciar-se desse modelo, pois o risco de buscar o local apenas pensando em fazer dele um campo de testes da história nacional deve ser evitado.

Compartilhamos a compreensão de que a história da comunidade se legitima através da personalização dos laços sociais tecidos no seu solo: *Desde este punto de vista, uno de los argumentos más utilizados para legitimar la historia local es su capacidad de aleccionar contra la generalización desde la particularidade*”(CORTE E FERNANDES 2007, pg. 223).

Ao pensarmos a produção histórica em seu contexto e sua relação com as demandas da sociedade que a produziu, encontramos em CERTEAU (1982, pg. 66) as indicações a respeito:

“Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.

A partir da reflexão daquele pensador da cultura, podemos observar que existem múltiplas *práticas* de história local, que nos levam a diversas *escritas* de história. Se a academia e seu profissionais já se voltam para a pesquisa com o recorte local, há, também, uma história de diletantes. Realizadas por amadores, em lugares em que os historiadores não atuam, as pesquisas produzidas observam métodos e temáticas diferentes dos trabalhos acadêmicos. Fixa, pois, como um gênero de publicações que pretende dar conta das especificidades de uma cidade, região, etnia e tem como público alvo os grupos locais.

Mattoso, ao referir-se à História Local portuguesa, utiliza o termo *monografia de história local*, valorizando o aspecto comunitário desta produção, cujo resultado leva, ou pretende levar, a repensar sua identidade, seu pertencimento:

“Volto aqui portanto, ao meu ponto de partida: a atitude vivencial do homem perante os círculos sociais a que pertence e em que se apóia para se realizar, cumprir os seus desejos ou se sentir feliz. A monografia local ou regional com o seu estudo da terra e o que ela dá, dos homens que nela viveram com a reconstituição dos poderes que nela se exercem e aí consomem ou distribuem os bens, com o traçar dos diversos círculos espaciais que a dividem ou envolvem, com a análise da cultura que aí recria e transfigura a realidade – tudo isso ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento da sua gênese e da sua evolução por um lado, e do conhecimento da sua identidade específica, por outro.(...) Em qualquer das hipóteses, o estudo do passado local ou regional pode ser extremamente gratificante para quem procure conhecer-se a si próprio e ao mundo a que pertence.”(MATTOSO, 1988, pg. 180)

Para aquele historiador, ao observar a realidade das aldeias portuguesas, cujas histórias são feitas pelos próprios habitantes, diletantes, que escrevem sobre nichos da sociedade que não foram do interesse dos profissionais da história, é mais que necessária a defesa dessas múltiplas práticas e escritas. Se, de uma parte, a história local volta-se para a crítica acadêmica, de outra, volta-se também ao consumo dos moradores do lugar, e esse dado interfere até na escrita escolhida para a produção do texto de história.

Por sua vez, GOUBERT (1992, pg. 70) observa a diversidade da produção da história local da seguinte forma:

“Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada.”

É a referência ao local, à terra onde o pesquisador vive e realiza suas pesquisas, focaliza seu interesse que caracterizaria esta prática histórica. O marcador seria a região, espaço físico. Por

sua vez, a operação historiográfica se refere à combinação de um lugar social com as práticas científicas:

“Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos.” (CERTEAU, 1982, pg. 18)

Nesta perspectiva, podemos encontrar várias leituras com diferentes possibilidades da ocupação do homem no mundo caracterizado pela interpretação de cada autor que reproduz em seu texto aquilo que ele acredita como sendo a verdade, nos levando a considerar que, não existe “a” história das cidades, mas uma ou várias histórias sobre a mesma². O recorte da história aqui pretendido não trata da cidade em sua inteireza, conforme já demonstrado. Nosso problema de pesquisa recorta um pedaço da cidade, uma localidade denominada Distrito de Jenipapo, para conhecê-lo.

Assim, nesse nos voltamos para o estudo do local, partindo do geral para o específico e nele nos ancorando, para falar do que nos interessa. Contudo, a fatia que nos propomos investigar desse universo maior que é a cidade, traz em si as mesmas possibilidades de pesquisa apontadas como próprias dos estudos sobre a cidade.

Metodologicamente, a opção pela história oral como instrumento de pesquisa ancora o presente trabalho, mais uma vez, na seara da história local, no caso presente negaceada ou silenciada pela historiografia.

Contudo, destacamos, a memória, enquanto fonte para a reconstrução da história, deve ser permanentemente confrontada com outras fontes histórica. Segundo PERROT (1998, p. 359), a memória é, ao mesmo tempo, *extremamente importante, extremamente frágil, não se podendo nutrir um excesso de romantismo em relação à mesma, fazendo-se necessário interpretá-la, inserindo-a num conjunto mais vasto de fontes.*

² [...] em relação aos estudos e pesquisas sobre cidades permite afirmar que, dependendo do ponto de vista do estudioso, com frequência em estreito vínculo com sua formação profissional, a mesma aproximação teórica pode levar a ênfases diferentes. Penso que a questão básica é, sem dúvida, a maneira pela qual o tema a ser estudado é problematizado. (BRESCIANI, 2002, p. 17).

2. OS PROTAGONISTAS ANÔNIMOS DA HISTÓRIA LOCAL

Ao projeto português expansionista, de enriquecimento da metrópole, que estava atrelada a propagação da fé cristã em uma cruzada santa antipagã, os espaços territoriais do Brasil no período colonial estavam fortemente vinculados à presença dos religiosos, uma vez que cada ordem, irmandade ou confraria dominava uma parcela do território. (FRIDMAN e MACEDO, 2006, p. 1). Sendo essa dominação tanto de base econômica como também ideológica, o papel desempenhado pela Igreja católica influenciou de forma significativa no cotidiano e na produção dos espaços que passaram a serem desenhados no processo colonizatório.³

Combinadas as causas econômicas, políticas e religiosas, no ano de 1500, o continente americano estava dividido em duas partes. Essa divisão se dava através de uma linha imaginária, estipulada no Tratado de Tordesilhas, onde as terras que se encontravam ao oeste pertenciam à Espanha, e ao leste a Portugal⁴. Portugueses e espanhóis procuravam aumento de lucratividade e riquezas para seus reinos, através da chamada *expansão ultramarina*.

Em uma expedição tanto comercial quanto diplomática, financiada tanto pelo rei como também por capitais estrangeiros interessados na expansão, saiu de Portugal uma esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, que chegou às terras que posteriormente passaram a ser chamadas de Brasil no dia 22 de abril de 1500. Conforme Medeiros (2010), desde a chegada de Cabral, o clero esteve presente na colonização através do franciscano Frei Henrique Soares, que celebrou a primeira missa no território brasileiro. As principais ordens a aportarem em solo brasileiro foram Jesuítas, Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas.

De acordo com um relatório escrito por Caminha no dia de sua chegada ao Brasil, podemos observar a presença de habitantes nativos daquelas terras que acabaram de ser descoberta. Vejamos:

E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte. Pardos,

³ Foi nesse cenário de dominações políticas, econômicas e religiosas que, as tribos indígenas inseridas em aldeamentos missionários em contato com a sociedade colonial passaram por um processo de mudanças culturais que resultariam na perda dos valores indígenas e a assimilação dos elementos culturais trazidos pelos europeus para o lugar que chamavam de Novo Mundo, a despeito disso, é o que podemos verificar acerca do aldeamento missionário no Jenipapo no ano de 1672, na Capitania da Parahyba, espaço territorial estudado nesse trabalho.

⁴ Tordesilhas evidencia a supremacia naval das nações Ibéricas, que dividiram entre si o mundo sem se preocuparem com o que pensavam as outras nações. (FROTA, 2000, p. 40).

nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel.⁵

De acordo com Frota (2000), no período de 1500 a 1530, o Governo português preocupou-se inicialmente em conhecer as terras recém-descobertas e o povo que ali habitara, analisando suas potencialidades através de expedições que investigavam o litoral, que desta forma, passou a ser conhecido e cartografado. Segundo WEHLING (1999), as narrativas que eram feitas das viagens, essas com maior ou menor fidelidade, retratavam povos e costumes completamente diversos. Além disso, descreviam de forma fabulosa as possíveis riquezas da terra dos portugueses, em especial o *pau-de-tinta*, que atraíam os franceses e espanhóis e que vinham, de forma clandestina, retirar essa preciosa especiaria nativa, para a comercialização.

A presença de estrangeiros que contrabandeavam o *pau-de-tinta* em terras brasileiras incomodava o Governo Português, desafiando sua possessão. Neste sentido, a mando do rei D. João III, foi enviada para aquele lugar uma expedição sob o comando de Martim Afonso de Souza, com objetivo principal de fundar um núcleo de povoamento e combater os estrangeiros contrabandistas. Para Frota (2000), um único núcleo de povoamento seria incapaz de proteger a extensa costa de contrabandistas, e daqueles que pensavam em ali fixar-se para sempre. Neste sentido, no ano de 1534, o Brasil foi dividido em quinze capitanias, distribuídas a donatários a partir de um processo de *probanças*, no qual se buscava as qualificações necessárias para tanto: haver servido ao rei no esforço de expansão ultramarina.

Destaque-se que, nesta configuração inicial do processo de colonização das terras portuguesas na América, inexistia a capitania da Paraíba. O reconhecimento paulatino do território colonial destacou a existência de um rio navegável, nomeado como rio São Domingos, alocado no território da capitania de Itamaracá, cujo território, retalhado no futuro, permitiria a criação de uma capitania sem donatário, possessão direta do rei, que deveria financiar sua conquista e colonização.

Segundo Frei Vicente de Salvador, a história da futura capitania da Paraíba está interligada à de Pernambuco e de Itamaracá, não apenas pela proximidade, mas por ostentarem as mesmas características no concernente à população, tentativas de povoamento, contato com os nativos e problemas comuns.

Os prepostos de Pero Lopes de Sousa e de sua sucessora, dona Isabel de Gamboa, donatários da capitania de Itamaracá, interessados em fazer a capitania prosperar, cuidaram de

⁵ A Carta de Pero Vaz de Caminha. NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Pará. Disponível em: < <https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-de-literatura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2019.

estabelecer relações amistosas com esses indígenas, senhores do lugar e defensores de suas posses, como bem destaca GONÇALVES:

E procurava [o capitão] o aumento desta sua capitania, não assentindo que aos índios fizesse algum agravo, mas cariciando a todos, com quem eles andavam tão contentes e domésticos que de sua livre vontade se ofereciam a servir os brancos e lhes cultivavam as terras de graça, ou por pouco mais de nada; (GONÇALVES, 2007, p. 24).

Neste período, a Capitania de Itamaracá cresceu consideravelmente, e alcançou também uma relativa paz mediante aos conflitos que esta havia enfrentado, mas que durou apenas até os últimos dias de vida do governador João Gonçalves por volta do ano de 1545. Um evento é destacado na historiografia da Paraíba, chamado Tragédia de Tracunhaém⁶, parece ter servido de alerta ao risco que se encontrava a rica capitania de Pernambuco, um dos territórios mais ricos do mundo no século XVI, consoante MELLO⁷.

Com a capitania em estado de vulnerabilidade, segundo Gonçalves (2007), parte do território que viria a ser a Capitania Real da Paraíba, uma área que compreende o rio Goiana ao sul, e Baía da Traição ao norte, foi desmembrada da Capitania de Itamaracá, pelo rei D. Sebastião, que preocupado com os ataques indígenas dos Potiguaras e com receio de que os franceses se instalassem e se fortificassem no Rio Paraíba, o então rei com a ajuda do grupo dos índios Tabajaras mediante acordo firmado com o líder Piragibe, antes seu inimigo, resolveu tomar posse efetiva daquelas terras de Itamaracá, criando deste modo, a Capitania Real da Paraíba no ano de 1574.

E porque entravam em cada ano neste rio [o Paraíba] naus francesas a carregar o pau-da-tinta, com que a batia o que ia para o reino das mais capitanias por conta dos portugueses; e por que o gentil pitiguar andava muito levantado contra os moradores da capitania de Itamaracá e Pernambuco, com o favor dos franceses, com os quais fizeram nestas capitanias grandes danos, queimando engenhos e outras muitas fazendas, em que mataram muitos homens brancos e escravos, assentou sua majestade de o mandar povoar e fortificar... (...) Este rio da Paraíba é muito necessário fortificar-se, a uma por tirar esta ladroeira dos franceses dele, a outra pose povoar, pois é até capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de açúcar. (GONÇALVES, 2007, p. 27).

Para MONTEIRO E SANTANA (2018) tratando-se efetivamente de uma criação política, voltada a atender os interesses do empreendimento colonizatório português, não

⁶ Ocorrida em 1574, a Tragédia vem sido utilizada para justificar a criação da capitania da Paraíba, por determinação do rei D. Sebastião, no mesmo ano. O fatídico evento é descrito como um impiedoso ataque dos potiguaras ao Engenho Tracunhaém, em reação ao desaparecimento de uma jovem da aldeia. Na ocasião foram assassinadas mais de 600 pessoas, entre colonizadores e índios escravizados.

⁷ Mello, José Otávio de Arruda. História da Paraíba – lutas e resistência. João Pessoa, Editora universitária, 1997.

podemos falar da existência da Paraíba antes do ano de 1574. A Capitania Real do Rio Parahyba que alcançou sua plenitude com a formação social em moldes europeus *é assim como o Brasil, uma criação europeia, articulada a partir de diversas culturas que já se encontravam ou que para cá foram trazidas* (MONTEIRO E SANTANA, 2018, P. 124).

Podemos afirmar, de acordo com a discussão anteriormente estabelecida que, dos principais protagonistas da História da Paraíba, sem sombra de dúvidas, assumem o lugar os povos indígenas que aqui já habitavam.

Os povos que habitavam o território que hoje é a Paraíba já eram de conhecimento dos colonizadores, ao menos é o que se pode falar daqueles que se localizavam ao litoral, os Potiguaras, grupo dos Tupis que desde muito cedo foram descritos pelos portugueses. Segundo MONTEIRO e SANTANA (2018), o grupo dos Potiguaras formava uma grande nação indígena espalhada por todo litoral norte da América portuguesa, a partir do Rio Parahyba, espalhando-se também pelo curso do rio Mamanguape e pela Serra da Copaoba. FAUSTO (1992) anota os Potiguaras como uma nação superior aos 90.000 indivíduos⁸.

Outros povos indígenas, de etnia Tupi, para além dos Potiguaras, já habitavam também o futuro território da Paraíba. Antes da colonização, os Tabajaras se assentavam ao sul do portentoso rio, ocupando o território central da futura capitania de Itamaracá. Inferiores numericamente e, entrando em conflito com os povos do Norte, findaram por perder suas terras, buscando refúgio nas terras do interior, banhadas por outro rio-mar, por ele nominados de Opará (futuro rio São Francisco).

Os Tapuias, por sua vez, habitavam as terras do interior, fossem áridas ou férteis, há tempos imemoriais. Conforme Monteiro e Santana (2018), as principais informações que temos a respeito dos Tapuias foram anotadas através de diálogos estabelecidos com outros indígenas. O registro documental levado a efeito pelo holandês Elias Herckmans, aproximadamente no ano de 1639, em uma de suas descrições esclarece que *os Tapuias, no interior da Paraíba, estavam divididos em dois principais grupos, sendo estes os Cariris e Tarairiús* (MONTEIRO E SANTANA, 2018, p. 127).

Devido à colonização, Cariris e Tarairiús foram incorporados a aldeamentos missionários e, em face da mesma, despojados de sua cultura e exterminados nas guerras e conflitos⁹, deixaram de existir. A política de aldeamento nas colônias visava, além de cristianizar os índios, socializá-los, tornando-os assim súditos cristãos do rei de Portugal. Os

⁸ FAUSTO, Carlos. Fragmentos da história e cultura tupinambá: Da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etno-histórico. In História dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das letras/FAPESP, 1992.

⁹ A respeito ver PUNTOINI, Pedro. A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo, EDUSP/HUCITEC, 2002.

índios por sua vez, tinham essas aldeias como espaço de sobrevivência e *muitos deles buscavam aldeamento como opção pelo mal menor diante de situações ameaçadoras e desfavoráveis* (ALMEIDA, 2010. P. 72). Podemos observar neste sentido, que nesta aliança estabelecida entre a Coroa e índios na condição de aldeados, cada um tinha seus interesses particulares.

Para a coroa, o principal objetivo era, como visto, integrar os índios à sociedade colonial, tornando-os aliados e súditos cristãos, para garantir a soberania sobre seus territórios, defendendo-os dos estrangeiros e dos índios hostis. Além disso, as aldeias cumpriam também a função de assegurar aos colonos, aos missionários e às autoridades, a mão de obra necessária às mais diversas atividades. (ALMEIDA, 2010, p.74).

Se por um lado tínhamos um rei que queria garantir sua soberania sobre os territórios, do outro tínhamos vários grupos de indígenas que procuravam terras e proteção, uma vez que os aldeamentos ofereciam aos índios alguns privilégios se comparado a outros ditos inferiores¹⁰.

Tinham direito à terra, embora uma terra bem mais reduzida do que a sua original; tinham direito a não se tornarem escravos, embora fossem submetidos ao trabalho compulsório; tinham direito de se tornarem súditos cristãos; [...] As chefias tinham direitos a títulos, cargos, salários, e prestígio social. (ALMEIDA, 2010, p. 86).

Os missionários jesuítas que se estabeleceram nas colônias, criando colégios, aldeias e fazendas, embora explorando o trabalho dos índios aldeados e não se restringindo apenas à esfera espiritual, foram incentivadores de uma nova cultura nas aldeias, ensinando os índios a ler e escrever o português. Estes, por sua vez, se aproveitando desses ensinamentos e movidos por seus interesses, utilizavam os instrumentos da leitura e escrita para reivindicações de favores prestados ao rei.

Entre imposições e acordos, os padres jesuítas valeram-se das lideranças indígenas como auxílio para a administração das aldeias¹¹. Ajudando a governá-las, os líderes de nativos ganhavam títulos, cargos e patentes, que recebiam com entusiasmo. Os símbolos de poder e honra do mundo português passavam a fazer parte das aspirações das lideranças em contato. Títulos honoríficos de ordens militares foram algumas vezes concedidos aos líderes pelos serviços prestados ao rei.

De acordo com Almeida (2010), o anseio de bens materiais das chefias indígenas, bem como o uso de seus privilégios, foi tão somente um valor adquirido e fortemente incentivado pela empresa colonial. Muitos chefes indígenas tinham terras particulares fora das aldeias,

¹⁰ Na colônia, negros e índios escravos (índios hostis inimigos da Coroa) encontravam-se no patamar mais inferior da hierarquia social.

¹¹ BRITO, Vanderley de. Missões na Capitania da Paraíba. Campina Grande, Cópias e papeis, 2013.

cabeças de gado e até mesmo escravos. Encaminhando suas petições ao Rei, estes se identificavam, perante as autoridades, a partir do cargo que ocupavam no mundo colonial, fazendo questão de lembrar suas lutas em defesa do império português, papel desempenhado pelas próprias aldeias.

Os requerimentos das lideranças das aldeias enviadas ao Conselho Ultramarino¹² de Portugal foram documentos de fundamental importância para a construção das memórias sociais desses índios aldeados. Seus conteúdos, nos quais se destacam as negociações políticas, nos fornecem informações cruciais nesse processo de dominação.

Destacamos, porém, que a inserção missionária no interior da capitania da Paraíba, os chamados sertões, só ocorreu após a guerra contra o domínio holandês que, por sua vez, abriu os primeiros caminhos para a interiorização. Se no primeiro momento a interiorização se deu por grupos de holandeses, findo o seu domínio e, entrando em cena os portugueses, o avanço da segunda parte da colonização ocorre, via as margens dos rios, nos territórios desconhecidos do interior. A Casa da Torre teve importante contribuição neste processo, demarcado pela vontade dos chamados *sertanistas* e pela entrada de rebanhos de gado bovino e equino, ancorados pelos missionários da Ordem Franciscana. A estratégia de aldeamento foi repetida, no sentido de dominação do território ante a descoberta da existência de outros grupos indígenas, diversificados entre si e bastante diferenciados daqueles do litoral.

Foram nessas *entradas* que se definiram os territórios e se formaram os povoamentos, datados de meados do século XVII em diante. Nesta temporalidade, temos a formação do aldeamento cariri, numa região do planalto da Borborema, já conhecido com *Campina Grande* desde os tempos dos holandeses¹³.

Neste contexto, em 1671 se formou um pequeno povoamento de sertanistas nas proximidades do Jenipapeiro e, em 1752, foi redigido um requerimento pelo sargento-mor dos índios Cariris, pertencentes ao aldeamento missionário chamado de Jenipapo, onde residiam, *que se localizava no sítio Jenipapo, muito próximo à região que passou a ser chamada de Campina Grande* (MEIRA, 2017, p. 210), pedindo a propriedade do lugar.

Segundo BORGES (1993), conforme citado por SANTOS (2009), a vinda dos Cariris para a Paraíba é recente, esses vindo do atual estado do Sergipe, e do São Francisco, via o rio

¹² O conselho ultramarino, principal órgão metropolitano para lidar com as questões coloniais, reunia as mais amplas competências aos variados assuntos da colônia, neste eram atendidas pessoas tanto das altas esferas do poder, como também as mais simples e pobres. A justiça era um valor essencial naquela sociedade e, portanto muito valorizada pelos Reis e seus conselheiros, nesta perspectiva, todos os súditos tinham direito de fazer chegar ao Rei suas petições, que através do conselho procuravam ser atendidos. (ALMEIDA, 2010, p. 86).

¹³ ALMEIDA identificou o nome no mapa do cartógrafo holandês Andreas Horatio, registrando-o em sua História de Campina Grande.

Pajeú, cruzaram a serra do Jabitacá, acessaram a nascente do rio Paraíba e chegaram até o Litoral, fixando-se na região de Campina Grande e Fagundes. Descendentes da IV entrada migratória proveniente da Indonésia e da Polinésia, entre 9 ou 10 milênios, os índios Cariris chegando inicialmente por via marítima ao Pacífico, estabeleceu-se no Istmo do Panamá e adjacências, espalhando-se em seguida por toda a América.

Classificados como um grupo étnico de índios pertencente à tribo indígena Tapuia, os Cariris¹⁴ com característica física de baixa estatura, geralmente localizavam-se em regiões de climas mais amenos e úmidos. Praticantes da agricultura para a sua subsistência, plantavam milho, mandioca, abóbora e feijão; para realização dessa atividade tinham um tipo específico de enxada, além de ritos dedicados à colheita. Na atividade da caça, os Cariris costumavam ingerir alguns tipos de ervas amarga ou queimar ossos de animais e espinhas de peixe antes de irem para a caçada para que tivessem sorte e felicidade na atividade. Acreditando em presságios, saíam de suas cabanas ao ouvir o cantar de certos pássaros, principalmente aqueles que traziam mau agouro, preferiam-lhe injúrias, amaldiçoavam e, geralmente tornavam a cabana.

Em seus rituais de morte era comum aos Cariris enterrarem seus mortos em igaçabas, uma espécie de pote de barro que servia para guardar os restos mortais de seus familiares. Para contar o tempo, os Cariris faziam uso de cordões nodados, cujos nós ajudavam a marcar os anos. Em conformidade com SANTOS (2009), os Cariris acreditavam em feitiçaria, ao ponto de crerem que, quando o enfermo não apresentava melhoras, era devido a algum feitiço lançado ao moribundo. Para vingar-se, os parentes do moribundo matavam o indivíduo indicado acusado de lançar o feitiço causador da morte. Os Cariris, portanto, só aceitavam a morte natural em idade avançada; quando assim não acontecia, colocavam a culpa em feitiçaria.

Outra característica importante do perfil cultural do grupo Cariris é o uso do sopro da fumaça do tabaco no moribundo, as cantigas, a pintura do corpo do doente com tinta de Genipapeiro para espantar e/ou enganar o diabo, o uso de cinzas no caminho por onde passava o doente, para enganar o diabo, não seguindo o moribundo, eram práticas comuns entre os Pajés. (MEDEIROS FILHO 1984, p. 40 apud SANTOS, 2009, p. 280).

Sertanistas, missionários e índios aldeados se fundiram num só povo, com o passar dos séculos, dentro de uma pequena comunidade chamada de Jenipapo.

¹⁴ O grupo dos Cariris representava uma diversidade de povos, na Paraíba e proximidades, podemos citar como exemplo a existência dos Ariús, Canindés, Pegas, Panatis, Janduís, Bultrins e etc.

3. JENIPAPO E JENIPAPEIRO, CARIRIS E PORTUGUESES

Até os dias de hoje, é comum ouvirmos dos moradores da comunidade de Jenipapo afirmarem que o lugar se originou devido a um Jenipapeiro utilizado pelos tropeiros que transitavam nas paragens, fazendo do sítio um local de pouso. Lugar de descanso das tropas de homens e animais carregados de mercadorias, cedo se ergueu o primeiro rancho, posteriormente transformado em pequena casa, multiplicada com o passar dos anos e pela diversidade de homens que ali foram, aos poucos, se fixando.

Todavia, numa nova versão sobre o nome do lugar é dada pelo morador Sebastião Ferreira, residente do lugar desde o nascimento:

As perguntas do porque o lugar se chamar Jenipapo, eram muitas. Aí eu comprei umas mudas, falei com o prefeito da época, e plantei essas mudas na praça, pra quando o povo viesse perguntar:

- Por que, Jenipapo?

- Porque tem esses pés aí.

Aí contava a história que se sabe hoje¹⁵.

A história nos permite tais verificações das interligações entre o lendário e o registrado. Se o lugar foi erguido por trabalhadores em seus necessários tempos de descanso, versão tratada pela memória e pelo relato oral, os registros escritos nos trazem a informação que, nos movimentos coloniais de povoação, formou-se precariamente o primeiro povoado.

Jenipapo, palavra de origem tupi-guarani que significa *fruta que serve para pintar*, nos *sertões* da capitania da Paraíba, parece ter sido aquele território utilizado por missionários, na grande tarefa de subjugar os primitivos habitantes à fé cristã. Se a passagem de tropeiros ocorreu no local, não se tem registro escrito, a não ser pequenos excertos em documentos avulsos, como veremos mais adiante. Contudo é certo que se tratou de aldeamento missionário onde foram recolhidos aldeias de índios cariris, numa missão determinante para o processo de catequese.

A data de terras dos franciscanos foi registrada em 1671, embora se verifique uma concessão ao aldeamento durante o governo do capitão-mor João da Maia da Gama, entre os anos de 1708 a 1717, graças à liderança do sargento-mor¹⁶ Manuel Homem da Rocha,

¹⁵ Depoimento concedido por Sebastião Ferreira de Oliveira à autora, no dia 29 de Abril de 2019.

¹⁶ Postos como o de mestre de campo, sargento-mor e capitão-mor nos aldeamentos, mas também o de capitão das ordenanças nas vilas de índios, dentre outros, foram ocupados pelas chefias dos mais diversos povos indígenas, que faziam uso dos mesmos para se diferenciarem, socialmente, dos seus liderados, assim como de outros indígenas não aldeados e dos escravos. (MEIRA, 2017, p. 210).

A concessão de terras se deu como forma de gratificação à assistência prestada pela aldeia dos Cariris ao capitão Antônio de Oliveira Lêdo que, sucedendo sua entrada na aldeia dos capitães Manuel Homem da Rocha, Francisco Quaresma, Narciso Cardoso, ajudante e mais soldados, estes, o receberam de forma pacífica *dando-lhe casas para a sua habitação e assistindo-lhe com todo o necessário*. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335).

Dizem Manuel Homem da Rocha, Francisco Quaresma, ambos capitães dos índios da nação Cariri; Narciso Cardoso, ajudante; e mais soldados, todos da mesma nação, que sucedendo no ano de 1668 entrar o capitão Antônio de Oliveira na aldeia dos capitães, estes agindo com naturalidade, e não sendo opostos a todos os brancos, parece que por permissão divina, tanto eles como os seus ascendentes, mudando a própria natureza, receberam o dito capitão com o maior obséquio que na mesma aldeia podia praticar-se, dando-lhe casas para a sua habitação e assistindo-lhe com todo o necessário, segundo a possibilidade do país. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335 apud MEIRA).

Neste sentido, destinado ao trabalho missionário, primeiramente levado à Lisboa em Fevereiro de 1671, chegou ao Brasil em agosto do mesmo ano, passando por Pernambuco e seguindo rumo à aldeia dos Cariris na Paraíba, o Capuchinho da ordem provincial franciscana Frei Martinho de Nantes. Este descreveu como foi sua missão religiosa no país, relatando sua curta passagem na aldeia entre os índios chamados Cariris *com os quais morava um digno missionário capuchinho, o padre Teodoro de Lucé*, (NANTES, 1979, p. 1) e que, a pedido de Antônio Oliveira Lêdo¹⁷, veio a estabelecer-se entre eles.

A aldeia ou burgo de índios fora descoberta no ano de 1670, por um português 4 chamado Antônio de Oliveira, que, procurando pastagens próprias para o seu gado, encontrou, na ribeira da Paraíba, uma tropa desses índios, que pescavam a cinqüenta léguas da aldeia da Paraíba.⁵ Esse capitão, havendo obtido dos índios liberdade e segurança, para a colocação de rebanhos, depois de lhes haver oferecido alguns

¹⁷ Uma família que teve bastante influência no processo de conquista de boa parte do sertão Paraibano foi a família Oliveira Ledo. Provenientes da Capitania da Bahia, a família dos Oliveira Ledo teria iniciado a conquista de terras na Capitania do Rio Grande, nas localidades dos rios Mipibu e Potengi, onde receberam duas concessões, as chamadas sesmarias. Na América portuguesa, as sesmarias eram doações de terras realizadas pela Coroa mediante as trocas de favores e serviços prestadas a mesma. A implantação do instituto das sesmarias tinha por objetivo promover o povoamento. E foi com o intuito de povoar que a Coroa Portuguesa concedeu várias sesmarias a famílias como os Oliveira Ledo, que se instituíram como elites locais.

Por volta do ano de 1650 a Capitania Paraibana só era conhecida em suas várzeas litorâneas. Apenas em meados do século XVII, com a expulsão dos holandeses, é que começaram as empreitadas pelo sertão. No centro da análise do processo de conquista e ocupação portuguesa do sertão, é de fundamental importância perceber o papel desempenhado pelo grupo familiar dos Oliveiras Ledo, chegando à Capitania da Paraíba, provavelmente por volta do ano de 1665 esse foi o principal núcleo familiar responsável pela interiorização das entradas além da Serra da Copaoba, Borborema e instituição de uma nova frente colonizadora. Construindo em diversos níveis teias que envolveram as relações decorrentes de estratégias e de alianças, como vínculos de parentesco que os envolviam, os Oliveira ledo não devem ser compreendidos apenas a partir de grupos isolados, mas devem ser considerados as suas relações dinâmicas dentro da sociedade, mediante o jogo de interesses que estavam se constituindo, especialmente no âmbito local, possibilitando a Capitania da Paraíba ao longo desse processo de conquistas, empreendimentos que tiveram como principais consequências o desdobramento de uma série de garantias e privilégios concedidos pela administração colonial em formas de mercês reais. (FORMIGA, 2014).

pequenos presentes, veio incontinentemente a Pernambuco, à procura de algum missionário, que quisesse estabelecer-se entre esses índios, para melhor proteção do gado que lhe pertencia. (NANTES, 1979, p. 1).

Era seu o intuito não só de pregar o evangelho e converter de todo modo os ditos *infiéis* à doutrina cristã católica e à coroa portuguesa, mas também conhecer a língua dos nativos e suas práticas culturais, atendendo assim as necessidades dos colonos recém-chegados.

As missões franciscanas na Paraíba se desenvolveram a partir do ano de 1589, prestando relevantes serviços para a coroa não só ao que diz respeito às missões, como também na construção de fortes, administração de aldeias e tribos indígenas que precisavam continuamente ser pacificadas para que, deste modo, as pretensões colonizadoras funcionassem.

Embora tenham sido tais terras reconhecidas como suas apenas por volta do ano de 1708, observemos que, mesmo antes a chegada de Antônio Oliveira Lêdo sobre as ditas terras, em 1671 aproximadamente, no lugar já havia habitantes.

Tal informação pode ser verificada no pedido de Manuel Homem da Rocha, quando de viagem ao reino, ao rei D. José no ano de 1752. No requerimento, o sargento-mor pedia a conservação da posse das terras onde o seu aldeamento missionário residia, invadidas por gados que pertenciam aos *fazendeiros da região*, que tinham como objetivo se apossar de tais terras¹⁸.

Diz Manoel Homem da Rocha, sargento-mor dos índios Cariris, que sendo-lhe dadas várias terras no sítio do Jenipapo, Lagoa de Roça, Bultrins de Baixo, Lagoa das Palmeiras, Olho D'água, há muitos anos a esta parte entrou um Antônio Dantas Barros, e dona Cosma Tavares, mulher que foi do capitão-mor Antônio de Oliveira Lêdo, já falecido, e juntamente o capitão-mor e governador das armas João da Maia da Gama, ocupando antes muitas partes das terras legitimamente conferidas aos capitães, representando, porém, estes à Vossa Majestade as informações que faziam tanta usurpação da terra, como permitisse que andassem gados próximos ao sítio da Missão, representando os donos de alguns que lhe seguiam das suas lavouras, foi Vossa Majestade servido determinar que os ditos gados se não consentissem [entrassem] no distrito por uma légua de distância, do sítio da mesma missão e determinou pelo alvará incluso que o mestre de campo, governador da capitania da Paraíba recolhesse informações sobre os espaços das expressadas terras, sendo conservados os capitães na sua posse. Parece até agora não surtido efeito algum estas ordens [...]. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335 apud MEIRA).

¹⁸ MEIRA, Jean Paul Gouveia. Os índios Kariri vão à corte: a circulação das lideranças indígenas pelos espaços de poder do Império Ultramarino Português (Capitania da Paraíba, segunda metade do século XVIII). *Revista de História Regional* 22 (1): 198-219. 2017.

A informação se apoia na história da cidade de Campina Grande, na qual o historiador Elpídio de Almeida (1979, p. 16) ao tratar do povoamento dos sertões, levado a efeito em sua totalidade em 1670 pelos Oliveira Ledo, depara-se com *a região devassada por sertanistas baianos, sem que a capital tivesse notícia*. Na mesma obra, ALMEIDA elenca inúmeros casos de sertanistas que, com suas boiadas, passaram a *povoar as terras daquele distrito, fazendo as pazes com o gentio bárbaro que impedia a povoação e a cultura daquelas terras donde nunca tiveram comunicação com o reino, domesticando-os à custa da própria fazenda*.

Assim, não admira que a tradição oral fale de tropeiros antecedendo a Missão dos franciscanos com os índios Cariris, e que os mesmos tropeiros sejam reconhecidos como os fundadores do local, dando-lhe um nome com base na natureza que os acolhia. Por sua vez, a documentação da colonização oficializa a posse das terras, o que não ilide a presença antecipada dos tropeiros e sertanista aos próprios franciscanos.

Voltando à questão da concessão das terras, segundo MEIRA (2017), o frade capuchinho Francisco Boaventura de Mello, procurador das Missões no Brasil, afirmou que os índios Cariris possuíam tanto as certidões como também os papéis que comprovavam a concessão de terras feita pelo então governador da época, João Maia da Gama:

[...] e porque podem pretender confirmação destas datas sobreditas em grave dano dos ditos índios, e contra a intenção de Vossa Majestades que é conservassem os possuidores nas terras, que cultivam, e mais os ditos índios, que tem cartas de datas das mesmas terras concedidas pelo capitão-mor João da Maia da Gama, e pelo Vice-Rei do Estado do Brasil, para quaisquer distúrbios que possa acontecer, se os índios forem privados das terras que cultivam. Pretendem os capitães que Vossa Majestade ordene ao mestre de campo da Paraíba, ao Provedor da Fazenda, e ao Ouvidor da mesma comarca, não consintam que os ditos índios sejam privados da posse das suas terras, com pretexto de quaisquer datas posteriores, e que estas se não se confirmem por Vossa Majestade, sem esta mandar e examinar, e ponderar, por serem os ditos índios pessoas miseráveis, e não sabem requerer sua justiça. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335 apud MEIRA).

Podemos observar que, nesta política de troca de favores dos súditos para com a coroa, aqueles que não fossem recompensados de forma justa poderiam entrar em conflitos que comprometessem a ampliação e a preservação das fronteiras do império. É neste sentido que, para se valer do seu poderio, o Rei fazia o reforço das honras e privilégios de seus súditos por meio das dádivas. Nesta perspectiva, no despacho ao requerimento de Manuel Homem da Rocha, o rei D. José, em anexo ao documento principal, pede o parecer do então governador da Capitania Real da Paraíba, Luiz Antônio de Brito de Lemos:

Dom José, por graça de Deus, rei de Portugal e do Algarves, daquém e dalém mar, em África, Senhor de Guiné. Faço saber a vós mestre de campo, governador da

capitania da Paraíba, que por parte do padre frei Boaventura, superior dos capuchinhos, missionário italiano, e Procurador das Missões do Brasil, remete a petição, de que com esta se remeteu cópia assinada pelo secretário do meu Conselho Ultramarino, em que pede que se faça mercê ordenar para que os índios Cariris sejam conservados na posse das suas terras, que estão cultivando desde o ano de mil seiscentos e setenta e oito, sem embargos [...]; (AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335 apud MEIRA).

O reconhecimento do aldeamento Cariri converge, mais uma vez, com a história de Campina Grande, para onde *Teodósio de Oliveira Ledo trouxe, das (terra do rio) Piranhas, uma nação de tapuias, chamados Ariús, que estão aldeados vizinho aos Cariris, num lugar chamado a Campina Grande* (ALMEIDA, 1979, P. 36).

O hiato na história da localidade se demarca exatamente entre os meados do século XVIII e o século XX, quando ali foi erguida uma igreja, em substituição da antiga capela. A construção da Igreja nosso Senhor do Bonfim em Jenipapo, oriunda da ordem provincial Franciscana de Santo Antônio do Brasil, se afigura como um marco temporal para as lembranças da vida local.

Consoante Santos (2017), a primeira Custódia de Santo Antônio do Brasil surgiu no ano de 1584, sob a responsabilidade do frei Melquior. A coroa portuguesa deu-lhe a necessária permissão para a fundação de conventos, devendo construí-los onde ele achasse necessário. No ano de 1585, os mesmos fundadores dessa custódia chegaram a Olinda, onde fundaram muitos conventos entre as missões indígenas, bem como ações sociais e missões populares. É dela que saem os fundamentos da missão dos Cariris, alocada nas proximidades do jenipapeiro, árvore muito utilizada pela cultura indígena e cujos frutos serviam como alimentação das tropas de muares dos sertanistas que por ali transitavam.

Elevada à categoria de província em 1657, a Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil recebeu, em 1891, os primeiros frades alemães restaurados, vindos da Saxônia.

De acordo com SANTOS (2017), quando a Igreja foi separada do Estado, após a instauração da República, chegaram da Europa diversas congregações religiosas ao Brasil, com o intuito de, através de uma educação católica, corrigirem os erros de uma política liberal, propagados por uma educação leiga. Neste sentido, várias expedições chegaram ao Brasil e pouco tempo depois, os conventos, antes abandonados, estavam cheios de frades novos e velhos, vindos do continente europeu.

No ano de 1901 com a restauração dos conventos franciscanos no Brasil, foram surgindo novas casas de internação no país, tendo como principal objetivo a promoção das vocações nacionais, uma vez que, grande parte dos frades, em solo brasileiro, era de origem alemã.

Mesmo com a fundação da Escola de Bardel na Alemanha no ano de 1921, com o objetivo a formação de um perfil de professor nos colégios confessionais, definido pelo Clero, até a circulação de conteúdos divulgados pela imprensa, que orientavam uma conduta moral e o perfil dos jovens, continuava a chegar mais frades ao Brasil, para darem continuidade ao seu noviciado (SANTOS, 2017, p. 53). Foi então, por meio de um decreto que, no ano de 1938, mediante as tensões políticas e religiosas na Alemanha, que as atividades do Colégio de Bardel foram suspensas. Fugindo desse campo de tensões que ameaçavam suas vidas religiosas, foi no ano de 1939 que, muitos frades alemães foram enviados ao Brasil cujo lugar ainda estava para ser definido.

É neste cenário que, a História dos templos religiosos de origem Franciscana vai se desenhando em Campina Grande e locais da proximidade, como o Jenipapo.

Situado num ponto estratégico do estado da Paraíba, no ano de 1939 foi encontrado um bom terreno para a construção de um colégio seráfico que atendesse as necessidades dos frades vindos da Alemanha: *Grande foi a surpresa – disse Frei Pedro – de encontrarem um local ótimo, com todas as condições desejadas, no lugarejo de Lagoa Seca, à época também chamado de Ipuarana.* (PEREIRA apud SANTOS, p. 54).

Surgiu, neste momento, o Colégio Seráfico de Santo Antônio. Em 1940, Dom Moisés de Coelho, arcebispo de Campina Grande, procedeu à benção da primeira pedra, cercado por uma multidão e por várias personalidades da época¹⁹. É provável que membros do colégio seráfico (mais conhecido entre nós pelo convento Ipuarana) tenham incentivado a construção de uma capela do Jenipapo, pastoreada por padres oriundos da Igreja Matriz de Campina Grande, Nossa Senhora da Conceição, de cuja origem não se tem notícia nem registro.

Em 1943, foi enviado para assumir o comando da tal capela Frei Paulo Kleinken²⁰, tendo assumido a realização do desejo dos moradores da localidade: a transformação da capela em igreja. No ano seguinte, foi inaugurada a igreja dedicada ao Nosso Senhor do Bomfim.

¹⁹ A título de registro, citamos os nomes de Bento Figueiredo, Frei Matias Tevês, Frei Paulo Kleinken, Frei Romualdo, Frei Marcelo, Frei Libório, Frei Manfredo Pantenburg e Frei Pedro Westermann.

²⁰ Nascido em Wessel, na Alemanha, em 1894, é tido pelos moradores como nome comum na memória de todos.

4. MEMÓRIA E ORALIDADE DOS JENIPAPENSES

De acordo com LE GOFF (1924), nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa. Neste contexto, é comum as variadas indagações acerca das origens desses lugares sem escrita e sem história, no sentido do registro.

Jenipapo, sem uma história registrada, padece desse mal. A despeito de sua temporalidade, que conta com uma atuação ativa de seus moradores desde os tempos coloniais, demarcada pelas ações de reconhecimento da posse das terras, já vislumbrados no requerimento de Manuel Homem da Rocha, ainda emergem seus mitos de origem, os nomes das primeiras famílias e, contundentemente, a imponente e determinante presença de religiosos para a formação do lugar.

A ausência de uma história escrita ou de maiores registros acerca do lugar nos levou às sendas da história oral, metodologia bem comum nos estudos sobre o local (MEDEIROS, 2013). Conforme ALBERTI (2005, p. 155), a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história, esta, consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

É ROSENDAHL (1996) que atesta a presença dos santuários ocupando o lugar central nos primeiros núcleos de povoamento do mundo ocidental²¹. A atração ocasional de homens a esses lugares de prática religiosa, não motivada pela necessidade de residência fixa, mas sim pelo estímulo espiritual, continua sendo, para aquele autor, um dos critérios essenciais definidores da cidade e, em escala reduzida, de variadas localidades.

Rememorada por velhos, a comunidade parece só existir entre as décadas de 1920 a 1944, ano em que foi fundada a Igreja Nosso Senhor do Bonfim²². Neste interstício, pululam

²¹ Em abordagem que privilegia o papel ativo da religião, Rosendahl aponta os antigos santuários paleolíticos como base de desenvolvimento das cidades. Estas, por sua vez, tem nos fatores econômicos a base de seu desenvolvimento e evolução.

²² No século XVII os aldeamentos missionários da América portuguesa se organizavam seguindo um plano geométrico perfeitamente ordenado, aplicado com poucas variações. Desenvolvia-se em torno de uma grande praça quadrada, em cujo centro se instalava uma cruz e uma estátua do santo protetor. (MEDEIROS, 2010, p. 63). O Senhor do Bonfim para a Igreja católica é a representação de Jesus Cristo crucificado. O culto ao Senhor do Bonfim foi trazido ao Brasil no século XVIII pelo capitão de mar e guerra da Marinha portuguesa Theodósio

os mitos de origem e os nomes tidos como *ilustres*. Contudo, é a presença da Igreja que norteia as memórias desses anciãos, que ancoram o passado, já esmaecido, no porto seguro dos acontecimentos em torno da igreja local, transitando livremente, na memória, pelos espaços da fé.

Atualmente, os moradores mais antigos da comunidade de Jenipapo tem a idade entre 80 e 100 anos. Alguns destes residentes, morando na comunidade desde a data de nascimento, se recordam desta apenas a partir do ano de 1944, quando foi fundada a Igreja Nosso Senhor do Bonfim.

Tal constatação se estende também aos moradores não naturais do lugar que, vindo para Jenipapo tanto aos domingos, dias que eram realizadas as missas, como também em meses festivos, tal como o de maio, devotado ao culto mariano, a celebrações de casamentos e ao mês das mães, ou Dezembro, com as festas da natividade, fixou-se em suas memórias o acontecimento das ditas festividades (BOSI, 1998, p. 41). Vejamos como esta memória sobre o lugar continua válida:

Todos os sábados e todos os domingos havia missa na Igreja em dois horários, de seis e de nove horas da manhã. A igreja em todo mês de Maio recebia muita gente de vários lugares que vinham para assistir a missa. As festas aqui eram animadas demais, antes de me casar, vim muitas vezes para Jenipapo, se juntava uma turma de amigos e a gente dizia: - Vamos pra jenipapo, porque lá tá muito animado! Tinham as festas do mês de maio na Igreja, as festas de São João e de Natal.²³

Sebastião Ferreira nascido no ano de 1933 em Jenipapo, além de ressaltar a importância da Igreja para a construção do lugar, diz:

Geralmente um lugar sempre começa por uma Igreja. Para dizer a você que eu sou do ano de 33, e essa Igreja pelo meu modo de pensar e pelo convívio que tive com meu pai, quando me perguntam, eu falo que a Igreja foi construída em 1935, porque o padre dessa Igreja na época era Padre Delgado, meu padrinho, e Padre Manoel Costa, aí quando esse meu padrinho que era Padre Delgado saiu daqui, quem assumiu foi Frei Paulo. Quando eu me entendi de gente, já tinha uma igrejazinha só de um vão, e Frei Paulo com a continuação do templo, ele conseguiu fazer a parte de trás já de uma maneira diferente: a Igreja na Parte de trás mais larga e na frente só aquela igrejazinha. Então, Frei Paulo conquistou a amizade desse povo e o trabalho, e conseguiu aumentar a Igreja, aumentou dessa forma, que ele fez a parte de trás e deixou logo colunas para no futuro a Igreja ficar como é hoje²⁴.

Rodrigues de Faria. Esse sendo capitão português, dono de navios negreiros, havia feito uma promessa: caso sobrevivesse a uma tempestade marítima que o assolava, traria para o Brasil imagens do Senhor do Bonfim e Nossa Senhora da Guia.

A Igreja Nosso Senhor do Bonfim de Jenipapo conhecida assim pelos residentes da comunidade desde que eram crianças, ao serem questionados do por que a Igreja ser chamada por esse nome, não souberam responder a tal indagação.

²³ Depoimento concedido por Sebastião Rocha de Oliveira no dia 15 de Março de 2019.

²⁴ Depoimento concedido por Sebastião Ferreira de Oliveira no dia 29 de Abril de 2019.

Foto 1: Vista da comunidade do Jenipapo em 1950



Casa de Sebastião Ferreira. Por trás, a Igreja como centro da comunidade.
Fonte: Sebastião Ferreira de Oliveira (2019).

Desses discursos emergem a figura benemérita da comunidade: o frei Paulo Kleiken, que se notabilizou na memória dos habitantes do local pela capacidade de aglutinação dos moradores em torno de um projeto comum: a construção de um templo condigno, capaz de fazer representar a comunidade perante a cidade e, até mesmo, à própria Igreja Católica, que por muitos anos ali estivera mas não cuidara de se expandir.

Eu quero dizer que Frei Paulo foi um desbravador, porque ele encontrou aqui uma terra, não era de índio, mas era de um povo que não tinha conhecimento das coisas, e ele prestou um grande serviço. Sem eu ofender os outros né? Porque todos que vieram prestavam bons serviços.²⁵

Nascida no ano de 1939, e residente da comunidade de Jenipapo desde o nascimento, Marinete do Nascimento, a respeito de Frei Paulo diz:

Aos meus cinco anos de idade lembro que existia uma pequena capela²⁶, aqui no mesmo lugar onde hoje é a Igreja. Frei Paulo, que estava em Lagoa Seca, vindo da Alemanha, trouxe para cá todas essas imagens que aqui tem, em época de navio... Trouxe de navio até João Pessoa. De João Pessoa ele pegou um caminhão, deixou ali onde é a Catedral, e quando foi no domingo aqui, ele pegou os homens todinhos

²⁵ Depoimento concedido por Sebastião Ferreira de Oliveira no dia 29 de Abril de 2019.

²⁶ Até o século XVII, as ordens leigas não construíram edificações de grande significado arquitetônico. Quase sempre, ocupavam capelas inseridas no corpo das igrejas primeiras ou segundas e só com a valorização das cidades, principalmente após o ciclo do ouro, optaram pela construção de edifícios próprios, independentes do conjunto principal, ainda que guardassem alguma proximidade física. (MEIRA, 2010, p. 61).

para trazer de lá para cá a pé em caixões. Frei Paulo ia muito para a casa do meu avô tomar café. Quando terminava as missas ele voltava para Lagoa Seca, e com pouco tempo depois que foi criada a casa paroquial ele passou a morar aqui no Jenipapo.²⁷

Sobre a construção da Igreja, Maurina Rocha, nascida em 1938, retrata:

Quando foi pra fazer essa Igreja, até eu ajudei a carregar pedra, bem novinha, que nesse tempo era Frei Paulo, às vezes era chovendo e a gente carregando aquelas pedrinhas... A gente ia para o catecismo, aí quando terminava, o padre colocava a gente pra carregar aquelas pedrinhas, pra trazer pra fazer a Igreja, a gente pegava as pedrinhas de perto, ia bem muito de menino do catecismo²⁸.

Falar do Jenipapo para nossos depoentes é, indubitavelmente, se remeter à igreja e à memória do padre que a construiu. Observe-se que seu nome assume o lugar das *famílias* locais. É a sua genealogia que interessa em primeiro plano, mesmo que depois seja seguida por outros nomes tidos como importantes à fundação do lugar, como aventado por Le GOFF.

Os detalhes memorialísticos desse homem borbulham nas reminiscências coletadas. Não se fala do Jenipapo, sem falar na igreja construída. E esta remete sempre à presença imponente do alemão que dominou o lugar, proporcionando-lhe uma *nova fundação* (MEDEIROS, 2013).

Nas lembranças de Marinete do Nascimento, percebe-se bem como sua personalidade dominou o imaginário local: a maneira doutrinária e a posição do Frei acerca dos seus ensinamentos, não deixando de ser um bom homem e amável, era também rígido e rigoroso enquanto as regras de comportamento, é rememorado por uma senhora que o conheceu quando criança e que dele diz o seguinte:

Frei Paulo não só cantava na missa em Latim, como também nos ensinava no catecismo a falar em Latim. Quando era no mês de maio, nos ensaios, a gente cantando, a gente fugia e subia pros pés de manga, aí pense que não, vinha Frei Paulo... Galego alto, dos olhos azuis, e da voz alta, vinha atrás da gente com uma vara, e dizia: - Desçam daí! Aí a gente descia com medo, e corria pra dentro da Igreja²⁹.

Quem terá esclarecido Marinete que a linguagem utilizada pelo frei era latim e não sua língua pátria, indagamos? Ela não soube responder. Contudo, identificamos que o padre foi professor de Latim no Colégio Seráfico de Ipuarana, e gostava de ensinar o vernáculo clássico às pessoas que frequentavam a Igreja Nosso Senhor do Bonfim em Jenipapo. É o que diz frei Petrônio Cardoso³⁰ a respeito.

²⁷ Depoimento concedido por Marinete Raposo do Nascimento no dia 11 de Março de 2019.

²⁸ Depoimento concedido por Maurina dos Santos Rocha no dia 15 de Março de 2019.

²⁹ Depoimento concedido por Marinete Raposo do Nascimento no dia 11 de Março de 2019.

³⁰ Nascido em Porto da Folha, Sergipe, no ano de 1923, ingressou no Colégio seráfico em Ipuarana, no ano de 1942.

Frei Paulo, capelão de Jenipapo, foi meu professor de latim, o único a me dar um cartão na aula... Em uma aula dele, Bruno meu amigo, falando em meu ouvido enquanto ele falava... Aproveitou a oportunidade e deu um cartão na gente em frente a toda classe. Foi a única vez que ele se manifestou mais bravo assim comigo, ao contrário disso, era muito bom. Primeiro eu tinha um respeito medonho, pois ele era muito sério e muito rigoroso³¹.

Não havendo escola pública na localidade, abriu-se na Casa Paroquial uma sala de aula para meninos e meninas aprenderem as primeiras letras. Ali o padre se tornava professor, auxiliado pela professora Luzia Clemente. Os depoentes não conseguem datar o surgimento da escola, embora se depreenda que a mesma tenha sido instalada com a chegada do frei à comunidade. Esta é a segunda memória destacada pelos depoentes acerca do lugar: a escola.

Foto 2: A ESCOLA DO PADRE PAULO



Ao lado esquerdo Frei Paulo e as crianças da comunidade de Jenipapo na casa Paroquial. De vestido branco ao meio Lurdes Clemente e à direita Luzia Clemente.

Fonte: Sebastião Ferreira de Oliveira (2019).

Em 1948, no governo de Osvaldo Trigueiro, a primeira escola Estadual de Jenipapo foi criada: a Escola Estadual Rural Mística de Jenipapo, atual Severiano Pedro do Nascimento, cujo objetivo a princípio era atender a alfabetização dos anos iniciais³².

Segundo a certidão emitida pelo cartório de imóveis da comarca de Campina Grande, o terreno que se encontra a Escola Severiano Pedro do Nascimento foi adquirido pela

³¹ Depoimento concedido por Frei Petrônio Cardoso no dia 12 de Abril de 2019.

³² Apenas no ano de 1988, que a escola foi contemplada com a primeira e segunda fase do ensino fundamental, com o nome Escola de 1º Grau Severiano Pedro do Nascimento.

Prefeitura Municipal de Campina Grande no dia 11 de Junho de 1948, na gestão de Dr. Elpídio de Almeida, e doado ao estado no dia 17 de junho do mesmo mês. O terreno, correspondendo a uma área de 10.000 m², foi comprado aos proprietários Severiano Pedro do Nascimento e Maria Benedita do Nascimento, no valor de 3.000,00 cruzeiros.

Maria de Lurdes Clemente, professora da Escola Estadual naquele período, formada no Rio de Janeiro, até hoje é lembrada nas memórias daqueles que passaram por seus ensinamentos. Foi aquela professora, a primeira formada como tal na comunidade, que é lembrada pelos seus antigos alunos, formados na primeira turma.

Foto 3: A primeira turma de formandos da Escola Mística Rural.



A primeira do lado esquerdo, Lurdes Clemente
Fonte: Sebastião Ferreira de Oliveira (2019).

José Olinto que, vindo de Remígio e nascido no ano de 1939, veio morar em Jenipapo no ano de 1950, quando tinha 11 anos de idade, lembra de sua professora:

Lurdes Clemente professora do Estadual, Luzia Clemente que tomava de conta da paroquial, e Maria Clemente, foram para o Rio de Janeiro fazer um curso, sem ter conhecimento do lugar eu fui com elas, e passamos três meses, e aí a gente voltou.

Aos 18 anos, após o serviço militar, José Olinto foi chamado por Frei Paulo para ser instrutor de marcha para os desfiles cívicos que aconteciam em Jenipapo. Este lembra ser instrutor de três escolas por volta do ano de 1959.

Figura 4: Desfile Cívico em Jenipapo.



De terno, o instrutor de marcha, José Olinto.
Fonte: Sebastião Ferreira de Oliveira (2019).

De acordo com ROSENDAHL (1996), ao redor do espaço sagrado encontram-se frequentemente comércios, restaurantes e farmácias, essas atividades definindo e qualificando o espaço profano, criam e recriam a vida local.

Esses espaços, ao redor da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, estão presentes nas reminiscências de seus moradores que, ao lembrarem os seus vizinhos da época, sempre os ligam a uma atividade comercial:

Dona Brígida que tinha uma farmácia e uma lojinha de pano, seu Zuza Rodrigues que colocou a linha de ônibus aqui, Sebastião que tinha um bar na rua dos cipós e Zé Rocha dono da casa de farinha³³.

As localidades, marcadas pela forte presença do simbolismo religioso, são centros de convergências em relação àqueles que a visitam, uma vez que, estes em suas práticas singularizam a organização funcional e social do espaço. Em conformidade com ROSENDAHL (1996), o fluxo dos peregrinos para o exercício de sua religião pode apresentar-se de duas maneiras: a primeira trata-se dos fiéis do santuário, cujo compromisso e culto no templo são fixos, durante todo o ano. A segunda, portanto, são as peregrinações temporárias. Estas implicam na ida ao templo em certas ocasiões, uma ou duas vezes ao ano, marcados principalmente pelos dias de festividades. Em Jenipapo não se deu ao contrário.

³³ Depoimento concedido por Sebastião Ferreira de Oliveira no dia 29 de Abril de 2019.

As festas marianas, levadas a efeito pela igreja local, também povoam a memória local. Acerca dessas festividades, temos o relato de um antigo morador:

Vinha muita gente de fora para a Igreja de Jenipapo, tudo era Jenipapo, o povo vinha do Alvinho, Lagoa Seca, do Covão, do Almeida, Cuités, todinho era Jenipapo... Porque tinha o mês de maio, as festas do mês de maio, aí todo mundo vinha para Jenipapo. Além das festas da Igreja no mês de maio, na Lagoa de Jenipapo, todo ano tinha uma festa que era em homenagem a uma santa, essa lagoa era de seu Edys que era o delegado da rodoviária velha, aí lá na lagoa tinha uma santinha, aí ele fazia umas festinhas, era festa mesmo... Ele colocava uns carrosséis, fazia forró, fazia tudo.³⁴

Se as pessoas conheciam Jenipapo e vinham até ela através da Igreja Nosso Senhor do Bonfim, podemos dizer também que, foi através da Igreja que essas pessoas de outras localidades vieram morar na comunidade.

Para José Souza, nascido em 1945, também residente de Jenipapo desde o nascimento, alega que a igreja teve um papel importante para atrair moradores para a comunidade de Jenipapo, uma vez que foi através desta que terrenos começaram a ser vendidos, e como consequência, ruas foram sendo formadas.

Neste sentido, a ideia religiosa e a ligação das pessoas aos templos de realização de culto estão de acordo com COULANGES (1988), intimamente relacionadas à evolução da sociedade humana. Para aquele autor, a família, pátria, tribo e cidade são grupos perfeitamente análogos, nascidos uns dos outros. Antes que as principais e grandes invenções fossem criadas, a Igreja e o sagrado já eram coisas visíveis desde os tempos mais antigos.

Na esteira da modernização que chegaria ao local, a partir de elementos representativos da modernidade (BRESCIANNI, 1986), destaca-se a instalação da energia elétrica e da transmissão do sinal de tevê na comunidade do Jenipapo na memória dos jenipapenses.

Maurina Rocha³⁵ nos informa a respeito assim:

Não tinha energia, tinha aquele negócio que a pessoa acende, o carbureto. Aí quando foi com uns tempos colocaram a energia, mas era a motor, aí era todo mundo alegre, todo mundo contente porque colocaram energia. Aí quando instalaram a energia, com pouco tempo depois as famílias que eram mais ricas começaram a comprar televisão. O primeiro a comprar uma televisão por aqui foi Tota Coelho, aí ia todo mundo desconfiado, assim de longe, olhando a televisão.

³⁴ Depoimento concedido por José dos Santos Sousa, em 2 de Fevereiro de 2019.

³⁵ Depoimento concedido por Maurina dos Santos Rocha no dia 15 de Março de 2019.

Mais adiante, em seu depoimento, Maurina rememora a igreja como representativa dessa modernidade que transformava a vida local, posto que em seu frontispício

...de tempos em tempos passava um filme na parede da igreja, aí todo mundo ficava lá olhando, admirado.

José Olinto dos Santos³⁶, trabalhando para a prefeitura na época diz que os filmes que eram exibidos na fachada da Igreja eram promovidos pela prefeitura de Campina Grande durante a gestão de Plínio Lemos, integrando um projeto chamado *Cinema educativo*³⁷, sendo exibidos nas praças e nas ruas, em telões. No caso de Jenipapo, na Igreja, que se localiza na praça.

A respeito, chama nossa atenção o fato de que, na memória dos depoentes, parece que a energia elétrica, a tevê e o cinema surgiram na mesma época na cidade, o que deve ser um equívoco da própria memória, no processo que BOSI denomina de *lapsos*.

Estes lapsos coletivos podem ser percebidos no depoimento do próprio José Olinto dos Santos que, ao falar sobre a instalação da energia elétrica na comunidade, consegue definir uma datação:

A Energia que tinha aqui foi produzida por Dr. Elpídio de Almeida, acho que por volta do ano de 1955 a 1956.

Ora, se a energia elétrica só se efetivou no local em 1955, esta se deu, efetivamente, durante o segundo mandato do prefeito Elpídio de Almeida (1954-1959). Contudo, neste período, o Departamento de Imprensa e Propaganda do estado Novo nem mais existia, assim como próprio Getúlio Vargas.

Por sua vez, a gestão que proporcionava a exibição dos filmes do Estado Novo, a do prefeito Plínio Lemos (1951-1954), antecederia Elpídio de Almeida, não havendo energia elétrica na comunidade para tanto. Tais dados nos remetem a uma realidade a ser aprofundada: que o então prefeito de Campina Grande, Plínio Lemos, mandava exibir em praça pública a propaganda da ditadura de Vargas, em plena redemocratização. Contudo, não

³⁶ Depoimento concedido em 29 de Abril de 2019.

³⁷ Promovido pelo Estado Novo, a partir de 1937, desde 1920 o programa já existia no Brasil, objetivando levar a todos os lugares do país, fruto da comunhão entre cineastas e educadores da época, para a formação de uma indústria cinematográfica nacional. O Estado Novo, por sua vez, se apropriou desse programa para levar a efeito a propaganda do regime, de caráter mobilizador e propagandístico, como era o caso da produção que veio a ser realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em que as ações do Estado visavam controlar as imagens veiculadas pelo cinema, ora retirando-lhe o caráter de diversão e transformando-o em educação, ora censurando as imagens consideradas maléficas para a sociedade. A respeito ver SCHVARZMAN, Sheila. O livro das letras luminosas – Humberto Mauro e o Instituto Nacional de Cinema Educativo. In: FABRIS, Maria Rosaria (et al.). Estudos Socine de Cinema, Ano III. Porto Alegre: Sulina, 2003.

podemos esquecer ser o tempo de seu mandato marcado pelo retorno de Vargas à presidência da república, pelo voto popular.

Por outro lado, não havendo energia elétrica na localidade, o então prefeito deveria autorizar o uso de caríssimos geradores para facultar a exibição nas localidades, o que representava um gasto a mais para o município, em processo de pauperização em decorrência da estagnação do comércio algodoeiro que o colocara como um dos mais ricos e pujantes do interior do país e o mais importante da Paraíba.

De acordo com AMÉRICO II (S/D), em 30 de junho de 1951, a coligação apresentando Plínio Lemos a prefeito de Campina Grande, em substituição a Elpídio de Almeida, e contrários à candidatura de Argemiro de Figueiredo, realizou o seu primeiro comício para prefeito em Jenipapo, ao meio dia do domingo, ao encerrar da missa. Após os comícios da época, segundo os residentes da comunidade de Jenipapo, ocorria a passeata de rua em rua, com diferentes bandas musicais, bandeiras e alto falante, numa verdadeira festa, rememorada com notório saudosismo:

Tremulava os lenços brancos ao lado da Coligação, e ao lado de Dr. Argemiro Figueiredo tremulava as bandeiras amarelas, e as grandes passeatas, os grandes comícios iam de rua em rua, e banda de música de lado à lado porque no mundo só tem duas festas bonitas, é a política de Campina Grande e quando joga o Galo e a Raposa. (AMÉRICO II, S/D, p. 44).

Podemos perceber, nesta perspectiva, a influência da Igreja do Jenipapo na política da época. Espaço de convergência de fieis de variadas localidades, a escolha do Jenipapo para a realização dessa passeata demonstra os interesses dos candidatos com os votos que poderia conseguir assim agindo. Afirmamos certos de que não foi à toa que, entre todos os diferentes bairros de Campina Grande, Jenipapo tenha sido escolhido como o primeiro lugar para ser realizado o tal comício, em 1951. Muito provavelmente, o poder da Ordem Franciscana tenha sido um dos motivos para a escolha, posto que o segundo comício se realizou no chamado Alto da Conceição, onde se localizava a Paróquia de São Francisco e funcionava como sede da Igreja Nosso Senhor do Bonfim.

Participante ativa da vida e história dos moradores da comunidade, criando e recriando espaços de sociabilidade, a Igreja nosso Senhor do Bonfim teve fundamental importância na formação de Jenipapo a partir da década de 40. Formado sob o signo da Igreja por seu caráter conciliador aos objetivos religiosos como as missas e festividades, que tanto são lembrados por seus moradores, entra em consonância rítmica de evolução social, espacial, política e

econômica com a igreja, uma vez que, *à medida em que a religião foi se desenvolvendo a sociedade humana engrandeceu-se* (COULANGES, 1988, p. 150).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coletar a memória dos naturais acerca do lugar, na tentativa de apreendê-lo nos permitiu observar a presença marcante e decisiva da igreja católica desde a formação, que data desde a colonização, até o desenvolvimento da Comunidade de Jenipapo, dando-lhe visibilidade. A chegada de um padre comprometido com o desenvolvimento do local e com sua população ensejou a fixação da memória coletiva em torno da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim como o agente que alicerçou e perpetuou a vida social da comunidade.

Mesmo que o objetivo central da pesquisa levada a efeito tenha se centrado na memória dos naturais do Jenipapo, não dispensamos a lição de FERREIRA (2006), ao alertar que a história oral deve andar de braços com a corroboração documental.

A grosso modo, buscamos ao máximo identificar e trazer à tona registros que corroborassem depoimentos e lembranças, indo além das mesmas, lugar em que a memória não mais alcança, em razão da falibilidade da vida.

Tentamos ao máximo alargar as discussões na relação simbiótica entre a memória e o registro, observando em cada depoimento como o sagrado contribuiu para que esta comunidade se desenvolvesse e crescesse enquanto sociedade, existente há mais de 300 anos.

Saber dessa existência tão longínqua foi crucial para que déssemos início à discussão sobre os primeiros habitantes, buscando compreender a implantação de missões, de modo geral, assim como dos nativos para ali levados por padres e militares portugueses, imbuídos no processo de interiorização da colonização na capitania da Paraíba.

Essa contextualização é, decerto, enriquecedora para que possamos compreender e verificar tanto a existência territorial de Jenipapo no tempo presente, como também suas mudanças ao longo do tempo, que atualmente atravessa um período há mais de três séculos.

Através das entrevistas feitas com os moradores que residem na comunidade, conseguimos responder as problemáticas que deram início a este trabalho. Estes sendo capazes de lembrar a época que aqui foi abordada se mostraram agentes ativos dessa história, não só por morarem em Jenipapo, mas também por serem muitas dessas pessoas, membros da Igreja, que com seus esforços físicos fizeram parte de sua construção.

Para além do que foi dito, foi possível observar também, através dos depoentes, como a fundação da Igreja foi importante para o crescimento demográfico de Jenipapo. Destarte, esses que, vindo de outras localidades para morar na comunidade, só a conheceram através das festividades que eram realizadas na Igreja e, desse modo, acabaram de alguma maneira fixando-se, como se constata ao longo desse texto.

Além de crescimento demográfico, a Igreja proporcionou outros tipos de crescimento. Sendo a primeira instituição religiosa do lugar, foi também a primeira instituição que promoveu a educação, ainda não existindo escola em Jenipapo, a Igreja por alguns anos promoveu o ensino básico, sendo responsável pela alfabetização das crianças à época, até ser fundada a primeira escola no ano de 1948.

A Igreja Nosso Senhor do Bonfim, que influenciou os diferentes aspectos da localidade de Jenipapo, sejam eles, demográficos, sociais, políticos e econômicos, também se presentificou em vários momentos da vida dos moradores que residem na comunidade. Tal dado pode ser apreendido nos discursos dos depoentes, onde a instituição é mostrada como um símbolo de avanço, e não de atraso, como tantos a colocam. Esta realidade nos permite a possibilidade de outras problematizações que certamente iremos discutir em outras oportunidades.

Por fim, as informações aqui contidas sejam elas obtidas de fontes bibliográficas, fontes orais, documentais ou iconográficas, ofereceram ao fim desse trabalho o alcance desejado, tendo em vista que no desenvolvimento dessa monografia as respectivas fontes conseguiram responder as problemáticas que foram responsáveis por ocasionar essa pesquisa levando-nos a concluir que, é possível considerar o sagrado como parte importante para a construção de Jenipapo.

FONTES DOCUMENTAIS

Escritura do terreno da Escola Estadual Severiano Pedro do Nascimento. Campina Grande. 15 de Outubro de 2002.

Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1336. AHU_Paraíba, mç. 37. Requerimento do sargento-mor dos índios Cariris, Manuel Homem da Rocha, ao rei D. José I, solicitando nova provisão pela qual se mande observar a conservação da posse das terras no sítio Jenipapo, aos índios Cariris, e a expulsão dos gados que invadem o sítio da Missão. Lisboa, [ant.] 9 de out. 1752.

MEMORIAIS

AMÉRICO II, José. Uma vitória dentro de uma derrota que não tive. Esta derrota foi a vitória do meu livro. Grafset- Campina Grande-PB. S/D.

ORAIS

José dos Santos Souza, 80 anos, agricultor, Rua do Grupo, Jenipapo.

José Olinto dos Santos, 80 anos, agricultor, Avenida Paris, Jenipapo.

Maurina dos Santos Rocha, 81 anos, agricultora. Rua Vila Nova, Jenipapo.

Marinete Raposo do Nascimento, 80 anos, professora. Rua Frei Paulo, Jenipapo.

Sebastião Ferreira de Oliveira, 86 anos, comerciante. Rua Frei Paulo, Jenipapo.

Sebastião Rocha de Oliveira, 83 anos, agricultor. Rua Vila Nova, Jenipapo.

Petrônio Cardoso, 96 anos, Frei. Rua Frei Martinho, Conceição.

ICONOGRÁFICAS

Sebastião Ferreira de Oliveira. Fotografia em papel. 1 fot. Vista da comunidade do Jenipapo em 1950. 2019.

Sebastião Ferreira de Oliveira. Fotografia em papel. 2 fot. A Escola do Padre Paulo. 2019.

Sebastião Ferreira de Oliveira. Fotografia em papel. 3 fot. A primeira turma de formandos da Escola Mística Rural. 2019.

Sebastião Ferreira de Oliveira. Fotografia em papel. 4 fot. Desfile Cívico em Jenipapo. 2019.

CARTOGRÁFICA

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse por setores IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopsesetores/?nivel=st>>. Acesso em: 09/06/2019.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. Cidade e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BOSI, Ecléa. Memórias de velhos. In: Antonio Carlos Silva; (Org.). Geografia do Ceará. 1ed. Curitiba: Educarte, 2005, v. 1, p. 12-12.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins - Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BRITO, Vanderley de. Missões na Capitania da Paraíba. Campina Grande, Cópias e papeis, 2013.
- COULANGES, Fustel. A Cidade Antiga. 11ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer. 15. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- DURKHEIM, Émile. As formas Elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico na Austrália. ed. São Paulo: Martins Pontes, 2000.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos da história e cultura tupinambá: Da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etno-histórico. In História dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das letras/FAPESP, 1992.
- FEATHERSTONE, Mike. (Org.). Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- FORMIGA, Mayara Millena Moreira. Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e a formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c.1690-c. 1772). 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter Luiz de. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, p. 1-21, 2006.
- FROTA, Guilherme de Andrea. História do Brasil Colônia. Biblioteca do exército editora. Rio de Janeiro, 2000.
- GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura”. In: _____ . A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, Regina Célia. Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

HANNERTZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional”. In: Revista Mana. Rio de Janeiro, 1997, v. 3, n.º 1, p. 7-39

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MATTOSO, José. A escrita da história: Teorias e métodos. Lisboa, Imprensa universitária/ Editorial estampa, 1988.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. Revista Urutágua (Online), v. 21, p. 57-71, 2010.

MEIRA, Jean Paul Gouveia. Os índios Kariri vão à corte: a circulação das lideranças indígenas pelos espaços de poder do Império Ultramarino Português (Capitania da Paraíba, segunda metade do século XVIII). 2017. Revista de História Regional 22 (1): 198-219. 2017, p. 210

MONTEIRO, Luíra Freire. SANTANA, Flávio Carreiro. História Local: múltiplos olhares. João Pessoa: Ideia, 2018.

NANTES, Martinho de. Relação de uma missão no rio São Francisco. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: Projeto História. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Atlas Escolar Paraíba, Espaço Geo-Histórico e Cultural. João Pessoa, 2012. 4ª edição.

ROSENDAHL, ZENY. O Sagrado e o Urbano: Gênese e Função das Cidades. ESPAÇO E CULTURA, v. 1, n.1, p. 26-40, 1996.

SANTOS, José Roberto Moraes dos. O Colégio Seráfico de Santo Antônio e suas práticas escolares (1941- 1971). 2017. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SANTOS, Juvandi De Souza. Cariri E Tarairiú? Culturas Tapuias Nos Sertões Da Paraíba. 2009. Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em História. Porto Alegre – RS. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2318>>. Acesso em: 09/06/2019.

TAFURI, Manfredo. 1972. “Las desventuras de la razón: naturalismo y ciudad en el Siglo de las Luces”. In: TAFURI, CACCIARI E DAL CO. De la vanguardia a la metropoli: crítica radical a la arquitetura. Barcelona, Gustavo Gili.

WEHLING, Arno, WEHLING Maria José. Formação do Brasil Colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

APÊNDICES

**APÊNDICE A –
FICHA DE ENTREVISTA DOS
RESIDENTES DE JENIPAPO**

Nome do entrevistado:

Localidade:

Idade:

- 1. O Sr. (a) e a sua família é de Jenipapo, se sim, qual a localidade, e se não, por quê vieram?**
- 2. O Sr. (a) sabe como se deu a origem e a fundação de Jenipapo?**
- 3. O Sr. (a) lembra da fundação da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, quais as suas recordações sobre ela?**
- 4. E as festas em Jenipapo, eram animadas?**
- 5. E as questões políticas, como eram na localidade, o Sr. (a) lembra de algum prefeito, governador da época?**

**APÊNDICE B – REQUERIMENTO DO SARGENTO-MOR
DOS ÍNDIOS CARIRIS, SOLICITANDO A CONSERVAÇÃO DA POSSE DE
TERRAS NO JENIPAPO**



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO



CONSELHO ULTRAMARINO

BRASIL — PARAÍBA

[ant. 1752, Outubro, 9
Lisboa]

Caixa 16 Doc. N. 1336



1336- [ant. 1752, outubro, 9, Lisboa]
REQUERIMENTO do sargento-mor dos Índios Cariris, Manuel Homem da Rocha, ao rei [D. José I], solicitando nova provisão pela qual se mande observar a conservação da posse das terras no sítio Jenipapo, aos Índios Cariris, e a expulsão dos gados que invadem o sítio da Missão.
Anexo: 13 docs.
AHU-Paraíba, mp. 37
AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1336.

Blajo visto i Bro. de Jafu. 2 de Outubro de 1552.






Deo in fine legibus ac iustis admodum...
 ac iustis ac iustis...
 In fine ita...

Deo in fine legibus ac iustis admodum...
 ac iustis ac iustis...
 In fine ita...

Tinta repassada
Bleed Through



Tinta repassada:
Bleed Through

Antepondo...
[Illegible handwritten text]

[Illegible handwritten text]

[Illegible handwritten text]

Donde...
[Illegible handwritten text]

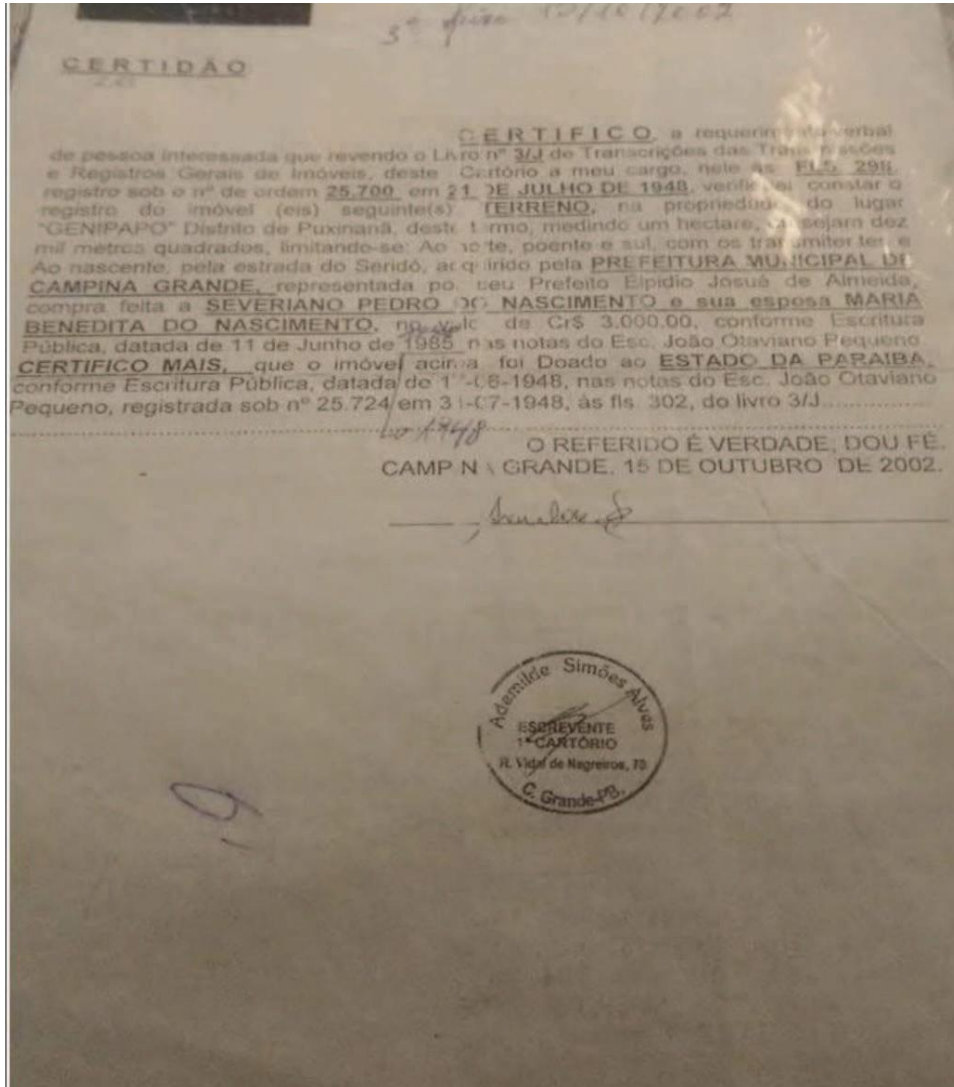
[Illegible handwritten text]

[Illegible handwritten text]



[Small handwritten mark]

**APÊNDICE C – ESCRITURA DO TERRENO ONDE SE LOCALIZA A ESCOLA
ESTADUAL SEVERIANO PEDRO,
ANTES ESCOLA ESTADUAL MÍSTICA RURAL.**



**APÊNDICE D – RECORTE DE JENIPAPO DE ACORDO COM O IBGE CENSO
2010.**

